Anais do XXVI Encontro
de Iniciação à Docência
Pró-reitoria de graduação - ENID - 2024

https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/enid/index

RESUMO EXPANDIDO SUBMETIDO AO XXVI ENID - 2024 - UFPB EXTENSIONALIZAÇÃO DO ENSINO EM DIREITOS HUMANOS: CONTRIBUIÇÕES PARA FORMAÇÃO DE JURISTAS HUMANISTAS

Jéssica Djully da Silva Bernardo;
Ludmila Cerqueira Correia

Programa de Monitoria
CCJ - Centro de Ciências Jurídicas Campus I - João Pessoa

INTRODUÇÃO

A extensionalização do ensino universitário é uma prática pedagógica que complementa a formação teórica com atividades práticas, conectando os estudantes às realidades sociais. No campo dos direitos humanos, essa abordagem é crucial para formar juristas que compreendem e enfrentam desigualdades sociais. A monitoria de Direitos Humanos no âmbito do curso de Direito permitiu acompanhar as turmas em atividades de campo e orientar os estudantes na elaboração de relatórios e propostas de contrapartida social, proporcionando uma compreensão prática das questões discutidas.

Ao articular teoria e prática, a extensionalização permite aos estudantes vivenciar as implicações dos conceitos aprendidos, desenvolvendo um senso crítico e humanista. Como aponta Freire (1996, p. 45), "ensinar exige compreender que a educação é um processo de diálogo com a realidade, mediada pela prática e pela reflexão". Dessa forma, a extensionalização forma profissionais comprometidos com a promoção da dignidade humana e dos direitos humanos.

METODOLOGIA

Durante o projeto de monitoria em Direitos Humanos, foram acompanhadas duas turmas que participaram de atividades de campo, realizadas em parceria com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Dom Oscar Romero (CEDHOR).

As atividades envolveram ações, no ano de 2024, com a Pastoral Carcerária, interações com candidatos a prefeito na eleição deste ano e a participação na Marcha das Mulheres, ocorrida em março. Essas experiências de campo permitiram aos estudantes observarem de perto a realidade de grupos vulnerabilizados e aplicarem o conhecimento adquirido na disciplina de Direitos Humanos.

Os estudantes elaboraram relatórios detalhados sobre as atividades desenvolvidas, com especial atenção para as implicações teóricas dos temas abordados em sala de aula, sob o acompanhamento da monitoria. Além disso, os grupos propuseram contrapartidas sociais, como a criação de um projeto de lei para capacitar agentes penitenciários em Direitos Humanos, a assinatura de uma carta compromisso com candidatos a prefeito, abordando questões fundamentais para a construção de políticas públicas humanistas, e a proposta de atuações conjuntas com o CEDHOR em atividades futuras.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados das atividades de campo demonstraram o impacto da extensionalização do ensino na formação crítica dos estudantes de Direito do Departamento de Ciências Jurídicas da UFPB. A participação junto à Pastoral Carcerária evidenciou a necessidade de reformas no sistema prisional brasileiro, no qual as violações dos direitos humanos são frequentes. Inspirados pela experiência, os estudantes elaboraram um projeto de lei propondo critérios mais rigorosos nas provas da Polícia Penal, com mais questões sobre direitos humanos e capacitações periódicas para reduzir a "animalização" dos encarcerados. Conforme Foucault (1975, p. 222), o sistema prisional "não visa à reintegração social, mas à manutenção de uma estrutura de poder e controle". A proposta de capacitação reflete essa visão, sugerindo que um enfoque humanitário pode contribuir para reformar as práticas prisionais no Brasil, afastando o sistema do "estado de coisas inconstitucional".

Além disso, a atividade junto aos candidatos a prefeito nas eleições de 2024 resultou na criação de uma carta compromisso assinada por eles, abordando a promoção da equidade de gênero, o combate à violência institucional e o fortalecimento de políticas de inclusão social. A participação ativa dos estudantes não apenas fortaleceu seu conhecimento teórico, mas também destacou o papel do Direito como instrumento de transformação social.

Por fim, o grupo que participou da Marcha das Mulheres propôs o apoio jurídico voluntário dos estudantes de Direito da UFPB a eventos futuros realizados pelo CEDHOR, oferecendo suporte em palestras informativas e oficinas sobre relações de gênero e direitos das mulheres. Tais iniciativas fomentam a responsabilidade social dos estudantes e reforçam a necessidade de que juristas atuem de forma colaborativa com os movimentos sociais.

Ademais, as atividades de campo facilitaram uma rica troca de experiências entre a monitora e os estudantes, especialmente na elaboração de relatórios e propostas de contrapartida social, proporcionando espaço seguro para reflexão sobre as práticas vivenciadas e gritantes violações de direitos humanos em nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monitoria em Direitos Humanos, associada à extensionalização do ensino, tem se mostrado uma estratégia eficaz para a formação de juristas críticos, capazes de atuar em prol da justiça social e da defesa dos direitos fundamentais.

A experiência de campo, orientada pela monitora e pela docente, permitiu que os alunos desenvolvessem uma compreensão prática das desigualdades e injustiças que permeiam a sociedade, preparando-os para enfrentar os desafios éticos e humanitários das carreiras jurídicas. Dessa forma, a monitoria não só contribui para a consolidação do aprendizado teórico, mas também incentiva uma atuação prática voltada à transformação social, consolidando-se como uma prática pedagógica imprescindível na formação de juristas comprometidos com os princípios de justiça e equidade.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 45.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 222.

SILVA, L. M. "Direitos Humanos e Práticas Humanistas no Judiciário." Revista Brasileira de Educação em Direitos Humanos, vol. 12, n. 3, 2023.

FERREIRA, A. C. "Ensino de Direitos Humanos: Extensão Universitária e Justiça Social." Educação & Sociedade, 2021.